

Brasília, 28 de agosto de 2018

Excelentíssimo Senhor Candidato,

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait dirige-se a V. Exa. em nome da defesa do interesse público e do fortalecimento do Ministério do Trabalho - MTb como patrimônio da sociedade.

O MTb, criado em 1930, é reconhecidamente a âncora da proteção social, vetor das políticas públicas voltadas para a formação profissional e Seguro-Desemprego, bem como a geração de trabalho, emprego e renda.

A organização sindical e as relações entre as representações sindicais de trabalhadores e empregadores em todas as suas instâncias são reguladas e coordenadas pelo MTb desde a sua fundação. Tem garantido o melhor desempenho das negociações coletivas, em ambiente de cordialidade e respeito, buscando a solução dos conflitos próprios do mundo do trabalho e a conseqüente celebração de Acordos e Convenções Coletivas com objetivo de pacificar as relações entre o capital e o trabalho.

O MTb promove a regulação da cidadania com a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS que documenta a vida profissional e previdenciária do trabalhador.

Além disso, o MTb representa o Estado em dois importantes instrumentos de justiça social: o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, via Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat, e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, via Conselho Curador do Fundo.

O artigo 21, inciso XXIV, da Constituição Federal, estabelece a competência exclusiva da União para “organizar, executar e manter” a Inspeção do Trabalho.

O Brasil é signatário da Convenção 81 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que determina aos países membros a necessidade de criação e manutenção de um corpo de servidores públicos federais, concursados, ligados a uma autoridade central, para executar a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista.

A Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT é secretaria finalística do MTb, encarregada da organização da Fiscalização do Trabalho em todo o país, realizada pelos Auditores-Fiscais do Trabalho.

A fiscalização do Trabalho garante saúde e segurança ao trabalhador, combate a informalidade, o trabalho escravo e o trabalho infantil, promove a inclusão de pessoas com deficiência e a inserção de jovens aprendizes no mercado de trabalho. Fiscaliza e arrecada, com muita eficiência, o FGTS, patrimônio do trabalhador e fonte de recursos para financiar obras de habitação, infraestrutura e saneamento das cidades.

O combate à escravidão contemporânea, protagonizada pelos Auditores-Fiscais do Trabalho, é atividade reconhecida interna e externamente, vitrine do Brasil para o mundo.

Na área de saúde e segurança destaca-se a importância do trabalho preventivo com as fiscalizações e a participação dos Auditores-Fiscais do Trabalho na formulação e revisão de Normas Regulamentadoras – NRs, nas comissões tripartites integradas por representantes do governo, trabalhadores e empregadores. O tripartismo é princípio consagrado pela OIT e adotado no Brasil com muito êxito.

São realizadas, ainda, análises de acidentes de trabalho, importantes para a redução dos alarmantes índices de acidentes, adoecimentos e mortes nos ambientes de trabalho, além de fundamentar as ações regressivas acidentárias e previdenciárias, que recuperam para os cofres públicos as despesas decorrentes dos infortúnios.

A reforma trabalhista alterou substancialmente a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT retirando direitos da classe trabalhadora. Piorou, ainda mais, o cenário de desrespeito à pessoa humana do trabalhador e de descumprimento à legislação protetiva.

O desemprego aumentou, a insegurança jurídica também cresceu, além do desalento que campeia, especialmente entre os mais jovens, que não conseguem enxergar a possibilidade de um trabalho digno.

Os apoiadores da reforma defenderam a tese de que ela traria mais empregos e segurança jurídica nas relações de trabalho. Nada disso ocorreu.

O Sinait defende o trabalho digno e protegido. Lutamos contra a reforma trabalhista trazida pela Lei 13.467/2017, altamente precarizante. Também questionamos a reforma da Previdência Social, que retira direitos dos trabalhadores da iniciativa privada e dos servidores públicos.

Nossa luta é pela revogação imediata da reforma trabalhista.

Considerando todo o exposto, e ainda outras funções relevantes, é inaceitável qualquer tentativa de extinguir o Ministério do Trabalho ou reduzir suas atribuições. Seria um retrocesso imperdoável num país que busca manter a democracia e a justiça social. É também fundamental que a reforma trabalhista seja revogada e a reforma previdenciária estancada, para restabelecer/preservar direitos e evitar a barbárie.

O Sinait conclama Vossa Excelência a assumir o compromisso de defesa e fortalecimento do Ministério do Trabalho na sua plataforma de campanha à Presidência da República.

Respeitosamente,

Carlos Fernando da Silva Filho  
Presidente do Sinait